

HABEAS CORPUS Nº 540.060 - SP (2019/0311062-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : THAIS FURIO DE OLIVEIRA CRUZ
ADVOGADO : THAIS FURIO DE OLIVEIRA CRUZ - SP331159
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE DA SILVA ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEXANDRE DA SILVA ARAUJO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem visada no *Writ* n. 2190865-82.2019.8.26.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente nos autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito insculpido no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013.

Neste *writ*, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado no flagrante excesso de prazo para a formação da culpa, para o qual não teria concorrido a defesa, uma vez que o acusado estaria segregado desde 14/6/2018 sem previsão para a conclusão do feito, "*sem que a defesa tivesse solicitado qualquer produção de prova, ou arrolado testemunhas*" (e-STJ fl. 19).

Requer, diante disso, a concessão do *habeas corpus* para que seja relaxada a prisão preventiva.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelo Juiz processante, às e-STJ fls. 679-682, informam que o feito aguarda o retorno de precatórias expedidas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Há de se destacar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso cabível, entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a presente impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Dos elementos que instruem os autos, infere-se que o paciente teve a prisão preventiva decretada em **11/6/2018** e, posteriormente, em **5/7/2018**, foi denunciado

pela suposta prática do delito insculpido no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013, porque integraria perigosa organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital – PCC, voltada para a prática de diversos crimes, dentre os quais, o tráfico de drogas.

Quanto aos fatos, narra a denúncia:

"Consta dos autos do Inquérito Policial nº 87/2017 que os denunciados acima qualificados, CLAUDIO BARBARÁ DA SILVA, ALMIR RODRIGUES FERREIRA, ROGÉRIO ARAÚJO TASCHINI, REGINALDO DO NASCIMENTO, CÉLIO MARCELO DA SILVA, JOSÉ DE ARIMATÉIA PEREIRA FARIA CARVALHO, CRISTIANO DIAS GANGI, WENDEL BISPO ROCHA, RENATO CARVALHO DE AZEVEDO, WANDERSON PESSOA EMERENCIANO LIMA, ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO, RAFAEL SILVESTRI DA SILVA, ADRIANO HILÁRIO DOS SANTOS, KELVIN THIEME FREITAS, CARLOS GALDÊNCIO DE SOUZA, ROGÉRIO SILVA, RÉGIS GOMES ABE, FILIPE AUGUSTO SOARES, MARCUS VINICIUS CIPRIANO, FLÁVIO HENRIQUE BREVE, LEANDRO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, PATRICK ANDERSON SANTOS FONSECA, DIEGO BRUNO DOS SANTOS, HAMILTON ROBERTO DIAS JÚNIOR, FÁBIO ROGÉRIO BIGOTO, JADERSON GONÇALVES, LEANDRO BONFIM ALBUQUERQUE SOUZA, RODRIGO FERREIRA SOARES, IVAN CARLOS DOS SANTOS, SERGIO LUIS FELISBINO, JONATHAN RENAN BEZERRA XAVIER, NOABY VINICIUS SILVA SOUSA, ANTÔNIO MARCOS DOS ANJOS SILVA, FRANCISCO FABIANO DA SILVA, SÉRGIO SOUZA DA SILVA, BRUNO RODRIGUES, RODRIGO BARBOSA SALES, LAUDEMIR COSTA DOS SANTOS, JONATHAN HENRIQUE SANTIAGO, LUIZ HENRIQUE DA SILVA, JÚNIOR PEDRO GROMÓSWKI, ANTÔNIO ROBERTO LOPES OLIVEIRA, TAMARA MAYRA FAÇANHA SILVA, TATIANA APARECIDA MOREIRA, WANDERSON FRANCISCO DOS ANJOS, HUMBERTO LEONARDO GONÇALVES CÂNDIDO, FLÁVIA MAGALHÃES MONTEIRO, IONEIDE BENITES PONTES, ROSELI MARIA DE AZEVEDO, MARCOS BEZERRA DA SILVA, JÔNISON DA SILVA MARQUES, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS COSTA, PHELIPPE MARTINS BARROS, DOUGLAS DOS SANTOS, DANIEL MOTA DE OLIVEIRA, ULISSES SILVA MARTINS, ALDAIR ALCANTARA DE BRITO JUNIOR, REINALDO DOS REIS NUNES, VALTER VILASBOAS JÚNIOR, MARCOS

PAULO DE LIMA SILVA, VICTOR DOS SANTOS ROCHA, CRISTIANO APARECIDO CORREA, BRUNO FABRICIO DA SILVA, MAGDIEL GONÇALVES DELVALLE, LUCAS NEVES DE SENA, CARLOS VAGNER PITTA MOURINHO, EWERTON BARBOSA CANUTO, CAMILO DE ABREU NOGUEIRA NUNES, MICHEL LOBUI, WANDERNIZ DE OLIVEIRA JUNIOR, LUCAS ALBERTO CANAVERDE, OLOIR SOUZA DE OLIVEIRA, GLAUBER MIRANDA TINOCO, EDNALDO DOS SANTOS e EDSON CHAVES DE BRITO passaram a integrar, de forma contínua, estável e ininterrupta, a **organização criminosa armada, autodenominada 'Primeiro Comando da Capital' – 'PCC', com atuação transnacional**, que tem como finalidade a **prática de crimes, especialmente os de tráfico de entorpecentes, delitos contra o patrimônio e relacionados à aquisição, posse, porte, guarda, manutenção em depósito, transporte, fornecimento, empréstimo e emprego de armas de fogo, além de crimes contra a vida de agentes públicos, corrupção ativa, entre outros, cujo comando, liderança e as principais ordens são proferidas a partir do interior da Penitenciária II de Presidente Venceslau-SP.**

[...]

Apurou-se que **ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO**, vulgo 'Da Sul', exerce a função de **RESUMO GERAL EXTERNO (ou DISCIPLINAR) DOS ESTADOS E RESUMO DAS ARMAS, participando ativamente na organização criminosa em âmbito nacional.**

A princípio, as investigações o apontaram como **APOIO DO RESUMO** e, posteriormente, assumiu a função de **RESUMO DAS ARMAS**, autorizando que outros integrantes da facção obtivessem as armas e as utilizassem em ações criminosas de interesse do PCC.

Ademais, o denunciado **ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO** mostrou-se como **articulador e tomador de decisões na organização.**

[...]

Segundo consta dos autos, **ALEXANDRE detém poder de decisão nos julgamentos realizados pelo grupo criminoso, participando do 'tribunal do crime'**, o que se depreende por meio da análise da chamada realizada em 15 de outubro de 2017, às 18:56:19, na linha (11) 94054-2611.

[...]

Oportuno consignar que em cumprimento de mandado de busca e apreensão foram apreendidos manuscritos que evidenciam parte da contabilidade da organização criminosa, bem como com endereços de fóruns. Também foram encontrados na residência do denunciado comprovantes de transações bancárias e arquivos eletrônicos em pen drive que tratam da distribuição de armamento.

Assim, a interceptação telefônica e demais provas evidenciaram a atuação do indiciado ALEXANDRE (DA SUL) na organização criminosa, indiciando o exercício de função de destaque e sua colaboração para a hegemonia da facção, inclusive em outros Estados" (e-STJ fls. 283-293, grifou-se).

Observa-se que o Juízo processante decretou a prisão cautelar do ora paciente para a garantia da ordem pública e da instrução criminal, ante a periculosidade concreta do agente.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que afastou o alegado excesso de prazo para a formação da culpa, ao afirmar que "*o alongamento da instrução considerando a complexidade do processo, que envolve a participação de 75 réus em crime de organização criminosa armada não pode ser considerada causadora de constrangimento ilegal*" e que "*como a autoridade apontada coatora vem conduzindo o processo com a celeridade possível tanto que já determinou o desmembramento do feito não se verificando atuação negligente, ou excesso de prazo injustificado para o encerramento da instrução, inexistente constrangimento ilegal capaz de justificar a concessão*" (e-STJ fl. 32).

Delineado o contexto fático processual, consigna-se, *ab initio*, que, conforme tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o seu excesso tão somente pela soma aritmética.

Desse modo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação, sempre de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Poder Judiciário, circunstância que não se verifica na presente hipótese.

Com efeito, as particularidades e complexidade do feito, visto tratar-se de ação penal em que se apura a ocorrência crime grave, qual seja, o suposto envolvimento do réu e outros 74 agentes no crime de organização criminosa com "*atuação transnacional, que tem como finalidade a prática de crimes, especialmente os de tráfico de entorpecentes, delitos contra o patrimônio e relacionados à aquisição, posse, porte, guarda, manutenção em depósito, transporte, fornecimento, empréstimo e emprego de armas de fogo, além de crimes contra a vida de agentes públicos, corrupção ativa*" (e-STJ fl. 95), com a necessidade de expedição de cartas precatórias, são circunstâncias que certamente exigem que se utilize maior tempo até se chegar à solução final da causa.

Além disso, das informações contidas nos autos, verifica-se que o paciente teve a prisão preventiva decretada em **11/6/2018**, cujo mandado foi cumprido em **14/6/2018** e, posteriormente, em **5/7/2018**, foi apresentada a denúncia, recebida em **11/7/2018**. Importa ressaltar, ainda, que, visando à celeridade processual, houve o desmembramento dos autos, gerando, para o paciente, o Processo n. 0002212-39.2019.8.26.0483.

Diante de tais circunstâncias, ainda que se possa vislumbrar certa delonga na conclusão da instrução, forçoso reconhecer que não há notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia por parte das autoridades judiciárias.

Não cabe, portanto, por ora e neste momento processual, falar em constrangimento ilegal advindo de excesso de prazo para a formação da culpa, vez que o eventual alongamento justifica-se com base nas especificidades do processo, mostrando-se inviável a soltura do paciente por esse fundamento, especialmente em se considerando que é acusado de crimes graves, cuja pena mínima em abstrato não é pequena.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes da execução (provisória ou definitiva) da pena. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade concreta evidenciada na forma pela qual o delito foi em tese praticado, mediante grave ameaça por emprego de arma de fogo, envolvendo menores e em concurso de agentes.

III - Os prazos processuais não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes).

IV - In casu, verifica-se que o trâmite processual não evidencia demasiada demora. Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do

Tribunal de origem (www.tjrn.jus.br) constata-se que já foi

Superior Tribunal de Justiça

realizada a audiência de instrução.

Recurso ordinário desprovido.

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEXANDRE DA SILVA ARAUJO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem visada no *Writ* n. 2190865-82.2019.8.26.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente no auto da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito insculpido no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013.

Neste *writ*, o impetrante pleiteia o relaxamento da prisão cautelar alegando o excesso de prazo para a formação da culpa, para o qual não teria concorrido a defesa, visto que o agente estaria segregado desde 14/6/2018.

Afirmam, para tanto, que "*o paciente está preso indefinidamente, sem previsão de conclusão da instrução, sem que a defesa tivesse solicitado qualquer produção de prova, ou arrolado testemunhas*" (e-STJ fl. 19).

Requer, diante disso, a concessão do *habeas corpus* para que o acusado seja colocado em liberdade.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelas instâncias ordinárias às e-STJ fls. 678-691.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Há de se destacar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso cabível, entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a presente impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Dos elementos que instruem os autos, infere-se que o paciente teve a prisão preventiva decretada em **11/6/2018** e, posteriormente, em **5/7/2018**, foi denunciado pela suposta prática do delito insculpido no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013, porque integraria perigosa organização criminosa voltada para a prática de diversos crimes, dentre os quais, o tráfico de drogas.

Quanto aos fatos, narra a denúncia:

"Consta dos autos do Inquérito Policial nº 87/2017 que os denunciados acima qualificados, CLAUDIO BARBARÁ DA SILVA, ALMIR RODRIGUES FERREIRA, ROGÉRIO ARAÚJO TASCHINI, REGINALDO DO NASCIMENTO,

CÉLIO MARCELO DA SILVA, JOSÉ DE ARIMATÉIA PEREIRA FARIA CARVALHO, CRISTIANO DIAS GANGI, WENDEL BISPO ROCHA, RENATO CARVALHO DE AZEVEDO, WANDERSON PESSOA EMERENCIANO LIMA, **ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO**, RAFAEL SILVESTRI DA SILVA, ADRIANO HILÁRIO DOS SANTOS, KELVIN THIEME FREITAS, CARLOS GALDÊNCIO DE SOUZA, ROGÉRIO SILVA, RÉGIS GOMES ABE, FILIPE AUGUSTO SOARES, MARCUS VINICIUS CIPRIANO, FLÁVIO HENRIQUE BREVE, LEANDRO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, PATRICK ANDERSON SANTOS FONSECA, DIEGO BRUNO DOS SANTOS, HAMILTON ROBERTO DIAS JÚNIOR, FÁBIO ROGÉRIO BIGOTO, JADERSON GONÇALVES, LEANDRO BONFIM ALBUQUERQUE SOUZA, RODRIGO FERREIRA SOARES, IVAN CARLOS DOS SANTOS, SERGIO LUIS FELISBINO, JONATHAN RENAN BEZERRA XAVIER, NOABY VINICIUS SILVA SOUSA, ANTÔNIO MARCOS DOS ANJOS SILVA, FRANCISCO FABIANO DA SILVA, SÉRGIO SOUZA DA SILVA, BRUNO RODRIGUES, RODRIGO BARBOSA SALES, LAUDEMIR COSTA DOS SANTOS, JONATHAN HENRIQUE SANTIAGO, LUIZ HENRIQUE DA SILVA, JÚNIOR PEDRO GROMÓSWKI, ANTÔNIO ROBERTO LOPES OLIVEIRA, TAMARA MAYRA FAÇANHA SILVA, TATIANA APARECIDA MOREIRA, WANDERSON FRANCISCO DOS ANJOS, HUMBERTO LEONARDO GONÇALVES CÂNDIDO, FLÁVIA MAGALHÃES MONTEIRO, IONEIDE BENITES PONTES, ROSELI MARIA DE AZEVEDO, MARCOS BEZERRA DA SILVA, JÔNISON DA SILVA MARQUES, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS COSTA, PHELIPPE MARTINS BARROS, DOUGLAS DOS SANTOS, DANIEL MOTA DE OLIVEIRA, ULISSES SILVA MARTINS, ALDAIR ALCANTARA DE BRITO JUNIOR, REINALDO DOS REIS NUNES, VALTER VILASBOAS JÚNIOR, MARCOS PAULO DE LIMA SILVA, VICTOR DOS SANTOS ROCHA, CRISTIANO APARECIDO CORREA, BRUNO FABRICIO DA SILVA, MAGDIEL GONÇALVES DELVALLE, LUCAS NEVES DE SENA, CARLOS VAGNER PITTA MOURINHO, EWERTON BARBOSA CANUTO, CAMILO DE ABREU NOGUEIRA NUNES, MICHEL LOBUI, WANDERNIZ DE OLIVEIRA JUNIOR, LUCAS ALBERTO CANAVERDE, OLOIR SOUZA DE OLIVEIRA, GLAUBER MIR ANDA TINOCO, EDNALDO

DOS SANTOS e EDSON CHAVES DE BRITO passaram a integrar, de forma contínua, estável e ininterrupta, a organização criminosa armada, autodenominada 'Primeiro Comando da Capital' – 'PCC', com atuação transnacional, que tem como finalidade a prática de crimes, especialmente os de tráfico de entorpecentes, delitos contra o patrimônio e relacionados à aquisição, posse, porte, guarda, manutenção em depósito, transporte, fornecimento, empréstimo e emprego de armas de fogo, além de crimes contra a vida de agentes públicos, corrupção ativa, entre outros, cujo comando, liderança e as principais ordens são proferidas a partir do interior da Penitenciária II de Presidente Venceslau-SP.

[...]

Apurou-se que ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO, vulgo 'Da Sul', exerce a função de RESUMO GERAL EXTERNO (ou DISCIPLINAR) DOS ESTADOS E RESUMO DAS ARMAS, participando ativamente na organização criminosa em âmbito nacional.

A princípio, as investigações o apontaram como APOIO DO RESUMO e, posteriormente, assumiu a função de RESUMO DAS ARMAS, autorizando que outros integrantes da facção obtivessem as armas e as utilizassem em ações criminosas de interesse do PCC.

Ademais, o denunciado ALEXANDRE DA SILVA ARAÚJO mostrou-se como articulador e tomador de decisões na organização.

[...]

Segundo consta dos autos, ALEXANDRE detém poder de decisão nos julgamentos realizados pelo grupo criminoso, participando do 'tribunal do crime', o que se depreende por meio da análise da chamada realizada em 15 de outubro de 2017, às 18:56:19, na linha (11) 94054-2611.

[...]

Oportuno consignar que em cumprimento de mandado de busca e apreensão foram apreendidos manuscritos que evidenciam parte da contabilidade da organização criminosa, bem como com endereços de fóruns. Também foram encontrados na residência do denunciado comprovantes de transações bancárias e arquivos eletrônicos em pen drive que tratam da distribuição de armamento.

Assim, a interceptação telefônica e demais provas

evidenciaram a atuação do indiciado ALEXANDRE (DA SUL) na organização criminosa, indiciando o exercício de função de destaque e sua colaboração para a hegemonia da facção, inclusive em outros Estados"
(e-STJ fls. 283-293, grifou-se).

Observa-se que o Juízo processante decretou a prisão cautelar do ora paciente para a garantia da ordem pública e da instrução criminal, ante a periculosidade concreta do agente.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que afastou o alegado excesso de prazo para a formação da culpa, ao afirmar que "*após a realização de audiência de instrução no dia 15/08/2019, em que foram ouvidas três testemunhas, os autos aguardam o retorno de cartas precatórias expedidas para a oitiva de outras testemunhas, após o que, será possível a designação de nova audiência para o interrogatório do paciente, de maneira que o alongamento da instrução considerando a complexidade do processo, que envolve a participação de 75 réus em crime de organização criminosa armada não pode ser considerada causadora de constrangimento ilegal*", e que "*como a autoridade apontada coatora vem conduzindo o processo com a celeridade possível tanto que já determinou o desmembramento do feito não se verificando atuação negligente, ou excesso de prazo injustificado para o encerramento da instrução, inexistente constrangimento ilegal capaz de justificar a concessão*" (e-STJ fl. 32).

Delineado o contexto fático processual, consigna-se, *ab initio*, que, conforme tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o seu excesso tão somente pela soma aritmética.

Desse modo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação, sempre de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Poder Judiciário, circunstância que não se verifica na presente hipótese.

Com efeito, as particularidades e complexidade do feito, visto tratar-se de ação penal em que se apura a ocorrência crime grave, qual seja, o suposto envolvimento do réu e outros 74 agentes no crime de organização criminosa com "*atuação transnacional, que tem como finalidade a prática de crimes, especialmente os de tráfico de entorpecentes, delitos contra o patrimônio e relacionados à aquisição, posse, porte, guarda, manutenção em depósito, transporte, fornecimento, empréstimo e emprego de armas de fogo, além de crimes contra a vida de agentes públicos, corrupção ativa*" (e-STJ fl. 95), com a necessidade de expedição de cartas precatórias, são circunstâncias que certamente exigem que se utilize maior tempo até se chegar à solução final da causa.

Além disso, das informações contidas nos autos, verifica-se que o paciente teve a prisão preventiva decretada em **11/6/2018**, cujo mandado foi cumprido em **14/6/2018** e, posteriormente, em **5/7/2018**, foi apresentada a denúncia, recebida em **11/7/2018**. Importa ressaltar, ainda, que, visando à celeridade processual, houve o desmembramento dos autos, gerando, para paciente, o processo n. 0002212-39.2019.8.26.0483.

Diante de tais circunstâncias, ainda que se possa vislumbrar certa delonga na conclusão da instrução, forçoso reconhecer que não há notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia por parte das autoridades judiciárias.

Não cabe, portanto, por ora e neste momento processual, falar em constrangimento ilegal advindo de excesso de prazo para a formação da culpa, vez que o eventual alongamento justifica-se com base nas especificidades do processo, mostrando-se inviável a soltura dos pacientes por esse fundamento, especialmente em se considerando que são acusados de crimes graves, cujas penas mínimas em abstrato são elevadas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes da execução (provisória ou definitiva) da pena. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade concreta evidenciada na forma pela qual o delito foi em tese praticado, mediante grave ameaça por emprego de arma de fogo, envolvendo menores e em concurso de agentes.

III - Os prazos processuais não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes).

IV - In casu, verifica-se que o trâmite processual não evidencia demasiada demora. Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do

Tribunal de origem (www.tjrn.jus.br) constata-se que já foi realizada a audiência de instrução.

Recurso ordinário desprovido.

RHC 70.188/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 01/08/2016, grifou-se.)

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece**

Superior Tribunal de Justiça

do *habeas corpus* substitutivo.

Publique-se e intimem-se

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator